

Testemunho – Do meu arquivo visual recordo uma ESE ligada à vida

REGINA MARQUES

reginamarques1947@gmail.com

Professora aposentada da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal

Resumo

Neste texto encontramos ou reencontramos, em registo testemunhal, alguns momentos-chave da vida da ESE, em particular o momento de criação do curso de Comunicação Social (1993). A propósito, a autora oferece uma reflexão, a partir do papel dos media na construção do social e do político, ligando o passado e o presente e estes à urgente necessidade de responsabilização de todos os agentes envolvidos na mediação do real, para a defesa de uma esfera pública democrática.

Procuo trazer à memória algumas das minhas recordações vividas na ESE ao longo dos seus 40 anos. Memórias que são fugazes e transitórias, cheias de subjectividades mas comprometidas com o presente e o futuro.

Abstract

In this text, we find or rediscover, in testimonial form, some key moments in the life of ESE, in particular the creation of the Media Studies course (1993). In this regard, the author offers a reflection on the role of the media in the construction of the social and political spheres, linking the past and the present and connecting them to the urgent need for accountability on the part of all agents involved in mediating reality, in order to defend a democratic public sphere.

É certo que partilho a ideia de que são os fragmentos de memória reconstruídos no presente que podem inscrever no futuro um lugar mais certo no conhecimento de todos. Foi a Deusa da Memória, Mnemosyne, a mãe de todas as musas, deusa da Sabedoria, que ligou o

passado, o presente e o futuro dos humanos, dando lugar a uma espécie de atlas que liga os temas pela verosimilhança e não pela linearidade, inscrevendo todos os saberes numa espécie de arquivo visual. Um arquivo que está sempre presente embora muitas vezes adormecido. Do meu arquivo visual valorizo a experiência que trouxe do exercício da Psicologia Clínica numa instituição de Saúde Mental ao tempo do trabalho comunitário pós-25 de abril que saiu dos muros da saúde mental para trabalhar, lidar, ouvir e intervir com outras instituições da saúde, escolas e professores.

Hoje, valorizo muito as aprendizagens, de reflexão e projecto, que o espaço da ESE nos permitiu abordar em equipa. Trouxemos temáticas inovadoras como foi a formação de professores para uma escola não sexista, corporizado no Projecto europeu TENET¹ que deu consistência teórica ao tema, depois prolongado em cadeiras de opção por vários anos.

Outros caminhos fui experimentando sem esquecer a capacidade que a ESE teve de se adaptar às vicissitudes e vulnerabilidades do sistema educativo ao longo dos seus 40 anos volvidos.

¹ O projeto TENET desenvolveu-se na ESE-IPS entre Outubro de 1988 e Setembro de 1991. Durante este tempo, fez-se recolha, organização e produção documental, além de ações de formação e dinamização de projetos que visavam combater o se-

Evoco aqui a criação do Curso de Comunicação Social, em 1993, primeiro bacharelato e depois licenciatura bi-etápica, de que fui uma das impulsionadoras e depois coordenadora, entre os anos de 1993 e 2000. Sobre este curso permito-me tecer algumas palavras na defesa deste tesouro, com apoio teórico fundamentado e sentido sobre a informação, comunicação e o seu lugar primordial na formação de cidadãos e cidadãs cultos e informados. Todos reconhecerão, volvidos 30 anos, que criar um curso de comunicação social numa escola vocacionada para a formação de professores e de educadores foi um desafio. Um enorme desafio!

Lembro-me que nos anos 92/93 se discutia a necessidade de diversificar os cursos e as valências formativas. Diria que atravessámos então a primeira crise de crescimento das Escolas Superiores de Educação e a nossa, a de Setúbal, tinha uma história e eu própria tinha a minha também. Daí que a tarefa de congregar saberes e opiniões foi árdua, embora contando sempre com o apoio da direcção da Escola.

Aproveito para deixar umas palavras sobre os media, sobre os quais continuo a refletir, cujo papel na informação e na formação de um

xismo na instituição e criar igualdade de oportunidades entre géneros. Desta experiência, resultou a criação do Centro para a Igualdade de Oportunidade em Educação (CIOE), em 1991 (N.E.).

espírito crítico é mais do que necessário, é urgente. Para quem lida com estas matérias aparece como dominante a questão da liberdade de expressão, conquistada com o 25 de abril e consignada como direito fundamental na Constituição da República portuguesa desde abril de 1976. Mas o que significa para cada um(a) a liberdade de expressão, tantas vezes bordada pelo pensamento dogmático e unilateral?

Neste caso recorro que existe Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem que clarifica uma questão fundamental “a liberdade de expressão vale não só para as ideias e informações favoráveis, inofensivas ou indiferentes”, mas “também para as que alertam, chocam ou inquietam o Estado ou uma fracção qualquer da população” (Cornu, 1999, p. 30).

Entendemos que a informação é um bem que recobre os conhecimentos gerais que todo o cidadão deve ter sobre o mundo, sobre os outros e sobre as responsabilidades que lhes incumbe nas sociedades a que pertence. Mais, a informação não é uma transmissão unívoca, em linha, mas admite o direito de resposta do outro, também ele envolto em redes de informação (técnicas e individuais). Por isso no momento actual face ao desenvolvimento tecnológico e à assumpção crescente

do direito à argumentação e à decisão por cada indivíduo, não haverá mais informação sem retroacção, a informação será antes fundação da acção, da comunicação e da decisão.

Segundo o comunicólogo Lucien Sfez (2004) o conceito de decisão atravessa as crises das sociedades e justifica uma discussão crítica sobre a fundamentação das escolhas que justificam uma decisão em cada momento.

Discutir é conferenciar, já dizia Montaigne. Discutir é conferir opiniões sem que se possa inferir da esterilidade da discussão. “O mais proveitoso e natural exercício do nosso espírito é a discussão. A sua prática parece-me mais agradável do que outra qualquer acção da nossa vida”, escrevia Montaigne em *Arte de Discutir* (2001, p. 55).

É certo que para chegar a acordo há que renunciar a alguma coisa que nos é cara e ao mesmo tempo estabelecer compromissos. A renúncia e o compromisso, por sua vez, re-ligam as pessoas, que se vão sentir obrigadas, por dever moral ou juramento, a manter essa relação estável e duradoura. Reconciliar posições antagónicas ou conflituosas, procurar convergências, dirimir o conflito interpessoal ou intrapessoal, é sempre um jogo de tensões e perdas porque, de facto, cada

indivíduo sacrifica fragmentos da sua convicção, aspectos da sua própria realidade, renuncia a um grau de individualidade para atingir o acordo e uma visão partilhada por todos (Moscovici e Doise, 1991). O neurofisiologista Alain Berthoz adverte na sua obra sobre a decisão (2003, pp. 7-12) que, num momento histórico em que assistimos a uma formidável vaga de retrocessos, e que o Século abriu com uma torrente de iniciativas às quais as teorias existentes, aparentemente, são frustes para resolver, é inabalável a urgência em compreender bem o que se passa nos processos da decisão. Certo de que o avanço do espírito humano é sempre uma mudança de ponto de vista, parte para uma ideia muitíssimo actual - é que a decisão não depende apenas da lógica dos factos ou da razão mas é também acção. Depois do avanço formidável da ciência, que fez acreditar que a decisão se baseava no raciocínio e na análise lógica dos factos, pensava-se que a guerra do Vietname se ganharia, friamente, com os computadores do Pentágono. Com o avanço da física de Heisenberg, veio a provar-se que a decisão viria a incluir “a doce bruma da incerteza”, expressão que Damásio reconfigura dando relevância ao papel das emoções em toda a decisão. Berthoz com base nas neurociências, acrescenta que decisão é tudo, decidir é agir.

Como se sabe, com a vertigem mediática dos nossos dias são imparáveis os fluxos de informação e acontecimentos que transbordam sentidos. Ora exactamente, segundo Henri-Pierre Jeudy (1995) o sentido é dado pela superabundância de discursos (políticos, científicos e jornalísticos) que se esforçam por esconjurar a falha, dando a impressão de vazio ou de irreabilidade na interpretação dos acontecimentos. A novidade agora, é pretender dar sentido a todos os diferentes, a todos os suportes de experiências e vivências, sejam concretas ou particulares.

De facto, se olharmos para os acontecimentos que suscitam o debate e contaminam os media na sua totalidade deixando um lastro de sentidos, são todos eles ramificações, excrescências, fragmentos ou derivas de linguagem que contém uma aura de emoção e de razão que os torna "matéria viva" de argumentação e de discussão e para esse debate também têm os profissionais de estar seguros e informados.

As questões da democracia, espaço público e discussão pública são questões que estão no cerne do debate político contemporâneo, embora a degenerescência do discurso político pareça ser um lugar-comum nos nossos dias como fora na Antiguidade, relacionado que pode ser com a decadência do pensamento e das ideias, com a decadência

da expressão, a decadência da *polis* e da cidadania.

No terreno da discussão com professores, jornalistas, gente que produz opinião ou transforma a opinião e os factos em notícias, em acontecimentos, há que fazer compreender o mundo dado nos jornais (de papel ou online). Compreender esse mundo dado pelos discursos, mundo que não é um magma indefinido de factos, mas, bem ao contrário, lugar onde cada acontecimento é interrogado.

Os jornais, menos fugazes que a televisão ou a rádio, dão permanência à constelação de factos e dados que não se desvanecem e que dão que pensar, suscitam comentários, seguem presentes nas nossas conversas. Como mediadores entre a realidade e o público, são a arena onde lutam os produtores do acontecimento para influenciar o público. Os jornais são, por isso, o lugar-comum da acção política (Lorenzo, 1997).

No quadro da formação, uma referência à ética profissional é imprescindível. Interessa-nos equacionar como tornar a actividade comunicacional uma actividade mais simétrica sobretudo num quadro de grandes mutações técnicas, tecnológicas e políticas, a que não é indiferente o próprio estatuto (*ethos*) do comunicólogo ou jornalista,

cada vez mais depauperado, mal pago e explorado.

Para Jean-Marc Ferry, o espaço público, o espaço mediático é um espaço de palavra, mas igualmente um espaço ético e de reconhecimento da cidadania. Um fórum ou ágora, onde os Antigos associavam a ética e a política, "um espaço ético de reconhecimento" (Ferry, 2000, p. 95). Philippe Breton (2003) considera a palavra um dos principais utensílios para agir sobre os outros e sobre o mundo (Breton, 2003, p. 5) e naturalmente influenciar ou manipular ou fazer pensar (segundo a matriz deontológica que se adotar).

Como diz o poeta Valère Novarina "Chaque mot, n'importe quel mot, le plus petit des mots, n'importe lequel, est le levier de tout" (Novarina, 1999, p. 63)².

Sem dúvida que as audiências ou os públicos se estão a modificar, encarnando cada vez mais os valores do concreto e do individual, do pessoal, o que é inédito na história da humanidade. Os media devolvem-nos as nossas próprias cenas pelo directo, no instante. Este papel dos media, resultado e motor desta tendência à descompartimentação das próprias instituições, é preocupante e é tanto mais inquietante

² Cada palavra, qualquer palavra, a menor das palavras, não importa qual, é a alavanca de tudo.

quando se assiste nas instituições locais e globais a uma desregulamentação geral das estruturas, particularmente no que ao tempo e ao espaço que contextualizam os sujeitos, diz respeito. Esta é uma questão nova, tanto no plano institucional como também cognitivo, que temos de considerar.

40 anos volvidos é com muita alegria que vejo a Revista Medi@ções dar corpo a muitos dos objectivos que justificaram a sua criação e na qual me envolvi. Sem dúvida permitiu uma mobilização intelectual dos docentes numa instituição onde os interesses e as práticas se ligam e re-ligam mesmo onde as fronteiras disciplinares, às vezes, parecem opacas. Permito-me reler alguns desses fundamentos, que acompanharam a nossa reflexão na altura. Sobre a importância das ligações e religações, remeto para o texto de Bragança de Miranda *Para um crítica das ligações técnicas* que enfatiza o paradigma actual da problematização das ligações, nas quais estamos imersos porque o mundo é feito de intermediações de todo o género que só ganham sentido na trama de relações que mais ou menos invisivelmente tudo suportam. Nesse sentido, defende que uma instituição que queira relevar “a prioridade da experiência sobre tudo o mais, o essencial passa a ser as ligações que a constituem, e nos constituem como humanos” (2002,

p. 260).

A experiência da Medi@ções com os seus artigos com diferentes abordagens experimentais tornou seguramente mais ténues as fronteiras dos nossos saberes e dos nossos lugares no campo social e político das preocupações com a *polis*, preocupações que sempre estiveram presentes nas ESE/IPS. Creio que este exercício é e tem sido um bom suporte para o desenvolvimento das ligações entre todos e com o mundo.

A Revista Medi@ções pretendia ser um fórum de discussão e reflexão para investigadores, docentes, profissionais e estudantes, interessados na reflexão e investigação de questões da actualidade, no âmbito da Cultura, da Educação, dos Media, das Tecnologias na Sociedade da Informação e da Comunicação e na Sociedade do Conhecimento onde as ligações entre as áreas disciplinares, cada vez mais esbatidas, permitiriam múltiplas ligações entre todas essas áreas potencialmente mais criadoras e sugestivas.

Uma Revista é sempre um território para a reflexão teórica sobre a prática e a experiência, alicerçada no nosso quotidiano e nos sonhos como coisa múltipla e una, um espaço para o pensamento interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar – um mapa das abordagens

sociais, artísticas, educativas, filosóficas e políticas em que a discussão e a investigação navegam no nosso tempo. Mas é também um projecto em construção, um espaço onde se exercita o paradigma segundo o qual, o Conhecimento se constrói entre pares, em articulações e redes de saber, e não individualmente.

Ainda hoje assim pensamos: é essa densidade de relações e de saberes que nos torna uma comunidade científica útil a vastos públicos preocupados com o mundo e suas mutações. E que nós próprias testemunhámos na ESE. Mutações, onde o político é um lugar em aberto, incontornável. Só ele contém um projecto que permite definir as fronteiras da solidariedade e dos constrangimentos, definir o campo dos debates públicos que podem fundar a legitimidade do poder e da governação. Refiro-me aos poderes institucionais em todos os domínios. Hoje reconhece-se nas instâncias científicas que todo o saber é político. Bragança de Miranda escrevia “A política não é a gestão dos recursos, sejam eles os recursos humanos... A política é o primeiro e o último recurso dos humanos” (Miranda, 1998, p.178). Muito antes, Aristóteles via a política como a "filosofia das coisas humanas" e Cícero – o grande orador e político romano – disse que aquele que se armasse de eloquência para combater por valores, tornava-se cidadão

útil e dedicado, a si mesmo e ao Estado.

Estas são as lições que devemos reter e não deixar apagar da nossa memória colectiva. “A sabedoria não é uma doutrina, nem uma moral. É uma *praxis*”, escreveu José Mattoso (2011, p. 187). numa publicação do centro de estudos clássicos da universidade de Lisboa. No mesmo texto, cita Harold Bloom no seu tratado sobre a sabedoria: “A guerra é a mais terrível forma de falta de sabedoria” (Mattoso, 2011, p.183).

Não poderia terminar sem esta alusão preocupada aos conflitos que assolam o nosso planeta, as guerras virulentas e surdas que os media nem sempre informam sob todos os ângulos. Os nossos comunicólogos, jornalistas e outros licenciados formados aqui, neste belo e acolhedor espaço pensado por Siza Vieira, não poderão deixar de ver que a arquitectura do mundo tem várias geografias e nenhuma deve ser excluída.

O nosso passado e a experiência permitem ter esperança no futuro de uma escola credível, competente e atenta à vida, como a nossa musa da memória, Mnemosyne.

Referências Bibliográficas

- Berthoz, A. (2003). *La décision*. Odile Jacob.
- Breton, P. (2003). *Éloge de la parole*. La Découverte.
- Cornu, D. (1999). *Jornalismo e verdade*. Instituto Piaget.
- Ferry, J.-M. (2000). *Filosofia da comunicação*. Fenda.
- Jedi, H.-P. (1995). *A Sociedade Transbordante*. Século XXI.
- Lorenzo G. (1997). *Teoría del periodismo*. Barcelona: Paidós.
- Mattoso, J. (2011). Onde está a sabedoria Medieval?. In J. P. Serra, H. C. Buescu, A. Nunes e R. C. Fonseca (Coords.) *Memória & Sabedoria* (pp. 181-197). Húmus.
- Miranda, J.A. (1998). *Traços: Ensaios de Crítica da Cultura*. Vega.
- Miranda, J. A. (2002). Para um crítica das ligações técnicas. In J. A. Miranda e M. T. Cruz (Eds.) *Crítica das Ligações na Era da técnica* (pp. 259-277). Tropismos.
- Montaigne (2001). L'art de conférer. In B. Pascal. *L'art de persuader*. Rivages poche.
- Moscovici, S. e Doise, W. (1991). *Dissensões e Consenso – Uma teoria geral das decisões colectivas*. Livros Horizonte.
- Novarina, V. (1999). *Devant la parole*. POL.
- Sfez, L. (2004). *La décision*. 4ª ed. PUF.

Nota curricular

Regina Duarte é doutorada em Ciências da Comunicação. Praticou Psicologia Clínica entre os anos de 1975 e 1986, e iniciou o seu percurso na ESE-IPS em 1986, como docente. Neste instituição, foi ainda Coordenadora do Curso de comunicação Social (1993-2000), Coordenadora do Departamento de comunicação (2001-2003), Vice-Presidente do Conselho Científico (1993-1995) e Presidente do Conselho Científico (2007-2010).